
Reestruturação produtiva e os impactos sobre os migrantes

Maria A. Moraes Silva*

O objetivo deste texto é tecer algumas considerações sobre as mudanças ocorridas nas relações de trabalho na agricultura brasileira, especificamente, na cultura da cana-de-açúcar em São Paulo e seus desdobramentos sobre outras áreas do país.

As reflexões serão baseadas em pesquisas desenvolvidas na região de Ribeirão Preto, situada no nordeste do estado de São Paulo, considerada uma das mais ricas do país, e responsável por capitanear o atual processo de modernização das usinas de açúcar e álcool, mediante a mecanização do corte da cana, atividade que empregava um grande número de trabalhadores.

A mecanização do corte da cana com o corolário das milhares de demissões sucessivas coloca uma grande questão acerca dos demitidos. Sabe-se que se trata de uma mão-de-obra desqualificada, desvalorizada, que, segundo as palavras de um trabalhador: “*o cortador de cana não passa de um cortador de cana, ele não é outra coisa*”. A situação se agrava em virtude da inexistência do seguro desemprego. Ademais, boa parte deste contingente não possui sequer o registro formal de trabalho. Portanto, se trata de trabalhadores que não possuem os direitos trabalhistas, logo, são excluídos da cidadania, mesmo quando estão empregados.

Em outro trabalho (Silva, 1999), abordei o processo histórico responsável por esta realidade. Ademais, vários autores (Alves, 1991; Veiga Filho, 1993;

* Professora adjunta do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UNESP/Araraquara e do Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva da Faculdade de Medicina da UNESP/Botucatu/São Paulo/Brasil e Pesquisadora do CNPq/Brasil.

Scopinho, 1996), além de setores ligados aos movimentos sociais (Promotoria Pública da cidade de Ribeirão Preto/SP, Pastoral dos Migrantes, Sindicatos) têm apontado para os efeitos perversos desta modernização no que tange aos trabalhadores. De um modo geral, as temáticas da modernização e da exclusão ocupam um lugar central em todas estas discussões.

Neste momento, gostaria de propor algumas reflexões tendo como eixo a realidade dos chamados excluídos. Os dados de pesquisa e as informações coligidas nos textos e Boletins da Pastoral dos Migrantes têm mostrado que os excluídos desta modernização têm se transformado em verdadeiros itinerantes em busca de trabalho em várias regiões do país. A ausência de alternativas e a omissão do Estado têm criado as bases para um deslocamento espacial e temporal incessante. Ao contrário da realidade de muitos países ricos, onde os direitos e a cidadania ainda preservam o status dos desempregados, a situação brasileira, especificamente deste contingente, é marcada pela “desposseção” e desenraizamento constantes. São vidas definidas por um vaivém perene, por uma eterna migração forçada que lhes impinge a marca de um destino social. Na luta pelo direito à sobrevivência, resistem à condição de párias, de mendigos. Os trajetos de suas andanças refletem a busca de um ponto fixo na escala social. Resistem ao processo descendente imposto pela estrutura social e independente de suas vontades. Esta postura é contrária àquela que mostra que as pessoas migram porque querem¹. Defende-se, de antemão, a idéia de uma migração forçada, imposta pela estrutura social, econômica e política atual. A migração é resultado de um processo histórico e, ao mesmo tempo, causa de um outro. É justamente aí que residem as bases analíticas da ação dos sujeitos envolvidos. A exclusão não pode ser vista como algo absoluto, pronto, fechado, finito. Entende-se a migração como uma abertura, como caminho para novos ciclos que se abrem e se fecham constantemente. Desta sorte, considera-se a exclusão em termos relativos, gerando contraditoriamente, possibilidades e alternativas realizadas pelos próprios sujeitos. Os atos de violência ligados ao tráfico de drogas, considerados negativos; a participação em movimentos sociais e políticos organizados; a inserção em trabalhos precários e a migração, são fissuras abertas, provocadas pela exclusão. Neste sentido, defende-se a idéia da existência de um processo de *exclusão-inclusão precária*, que remete à disjunção, porém com continuidade, ainda que precária. Esta idéia está ancorada na noção de “desafiliação”, proposta por Castel:

“Falar de desafiliação... não é pressupor uma ruptura, mas recompor um percurso. A noção pertence ao mesmo campo semântico da dissociação, da desqualificação ou da invalidação social. Desafiliado, dissociado, invalidado, desqualificado, em relação a quem?” (Castel, 1995: 15).

Deste modo, esta noção pressupõe uma análise diacrônica, longitudinal, um quadro de relações entre passado e presente: o passado como o espaço da

centralidade e da inserção e o presente como o da exclusão-inclusão precária. Este mesmo autor, parafraseando M. Pialoux, afirma sobre a existência de *uma precariedade como destino* (p. 411). Retomando as inflexões acerca das fissuras, dos poros existentes neste processo, pode-se compreender o hífen, situado entre a exclusão e a inclusão como um espaço que além de unir os dois pólos, caracteriza-se como espaço de alternativas diferenciadas, como conexões de diferentes matizes sociais, como, segundo as palavras de Castel, “*zonas de integração, zona de vulnerabilidade, zona de assistência, zona de exclusão ou sobretudo de desafiliação*” (p. 414). Ainda há um outro ponto importante nas reflexões deste autor. A noção de desafiliação não significa necessariamente a ausência de vínculos. Neste sentido, as gangues de jovens desocupados possuem vínculos, no entanto, eles são frágeis, incapazes de criarem projetos sociais, capazes de sustentar as ações dos sujeitos e lhes permitirem a integração social assentada em relações de sociabilidade. Portanto, a noção de desafiliação contém, além dos aspectos relacionados ao trabalho, aqueles referentes às relações de sociabilidade, que se produzem na esfera do trabalho propriamente dita e em outras esferas sociais, tais como, a família, comunidade etc.

Acredita-se que tais reflexões são extremamente importantes à compreensão da realidade de milhares de trabalhadores rurais, migrantes ou não, despedidos em razão do processo de modernização das usinas de açúcar e álcool desta região. Os efeitos mais visíveis deste processo sobre os trabalhadores são a *modernização e a exclusão*, que têm sido consideradas como as definidoras da situação de instabilidade e miséria de milhares de trabalhadores desta região: Assim sendo, as 29 usinas e as 17 destilarias, responsáveis pela produção de mais de 42 milhões de sacas de açúcar e mais de 3,5 bilhões de litros de álcool em 1998, foram responsáveis pela supressão de mais de 15 mil postos de trabalho nestes últimos seis anos. Estima-se que somente na região de Ribeirão Preto, existam mais de 500 colhedeiros de cana, sendo que cada uma possui capacidade de colher 700 toneladas por dia, o que corresponde à substituição de 100 homens. Deste modo, o equivalente a 50 mil trabalhadores seria o saldo total das demissões provocadas por estas máquinas. Segundo cálculos existentes, para cada 100 demissões, são abertas 12 vagas para funções especializadas, dentre elas, aquelas referentes aos condutores destas máquinas, pois elas operam durante as 24 horas do dia, subvertendo, portanto, totalmente os limites impostos pela natureza, no que tange ao trabalho na agricultura.

Qual o destino destas pessoas, trabalhadores locais e migrantes provenientes de várias regiões do país, principalmente das áreas mais pobres, como o Vale do Jequitinhonha, situado no norte e nordeste do Estado de Minas Gerais e outros Estados do Nordeste? Como estão sobrevivendo? Sem ter a pretensão de dar respostas definitivas a estas questões, nem estabelecer relações mecânicas, e retomando as inflexões acima, acerca dos poros, das fissuras entre a exclusão e a inclusão precária, propõe-se a apresentação de um quadro descritivo, que, pelo

menos possa oferecer uma cartografia da “mobilidade precária” existente. Apenas um estudo mais aprofundado em várias partes do país poderia dar conta deste universo. Conquanto, frisa-se que, em virtude das imensas dimensões geográficas, aliadas às facilidades dos meios de transportes e à existência de muitas áreas agrícolas, principalmente canavieiras, cujo grau de tecnificação ainda é inferior àquele das usinas desta região, cria-se a possibilidade de inserção dos despedidos, sob diferentes formas.

Os precários

O aumento da precarização do trabalho, manifesta pela diminuição dos salários, atrasos constantes no pagamento dos mesmos, presença das cooperativas de trabalhadores, que correspondem ao fim dos direitos adquiridos ao longo de várias décadas de lutas dos canavieiros desta região. Segundo informações recentes, algumas usinas estão utilizando-se de vales (tickets) como forma de pagamento. Outras, ainda, estão parcelando, em até três vezes, os salários. Quanto às cooperativas de trabalhadores, elas na verdade, representam uma maneira de escamotear os direitos, como o registro em carteira, bandeira de luta dos trabalhadores durante décadas seguidas. Elas são chamadas na região de copergatas, em alusão aos “gatos”, arregimentadores, deste mercado de trabalho.

Por outro lado, intensificam-se as exigências quanto à qualificação, principalmente no tocante aos níveis de escolaridade. Vários depoimentos de trabalhadores atestam para uma exigência insólita: quatro anos de escolaridade para os cortadores de cana e oito anos para aqueles que se destinam às tarefas da área industrial da usina. Vejamos, afim de ilustrar estas afirmações, alguns exemplos, coligidos pela Pastoral dos Migrantes em várias partes do país.

“A turma, que trabalha com o gato Nenzão, está cortando 7 ruas de cana” (Boletim CÁ e LÁ, N° 99[b]). Isto representa um enorme retrocesso na luta dos trabalhadores rurais desta região. As greves em 1984 e 1985 tiveram como principal motivo a reivindicação da passagem de 7 para 5 ruas².

“Na zona rural do município de Minas Novas, nas primeiras semanas do mês de maio, saíram em torno de trinta ônibus com trabalhadores, que se destinavam às usinas de São Paulo e Mato Grosso. Um trabalhador que não conseguiu emprego se jogou do ônibus e morreu, outro voltou doente em estado de choque amarrado num banco do ônibus” (Boletim CÁ e LÁ, N° 98).

“Em Iracemópolis e Itápolis, as prefeituras estão pressionando as usinas para que sejam contratados apenas os trabalhadores locais” (Boletim CÁ e LÁ, N° 99[a]).

“Na entressafra, aumenta a precariedade do trabalho. Muitos trabalhadores se destinam às atividades da colheita de amendoim, cujo pagamento é em

torno de R\$ 0,01 (um centavo) por metro de amendoim colhido. Outros colhem algodão apelo preço de R\$ 1,00 (um real) por arroba” (Boletim CÁ e LÁ, N° 91).

“Algumas prefeituras da região de Ribeirão Preto estão pagando ônibus para levar os migrantes de volta para suas cidades. Uma delas é Santa Cruz das Palmeiras”(Boletim CÁ e LÁ, N° 85).

“Em Santa Cruz das Palmeiras/SP, a contratação da mão-de-obra é feita pelas usinas, que retira parte do salário dos trabalhadores para pagar aos donos de pensão, uma vez que elas não possuem alojamentos. Não há contrato de trabalho. Foram registrados duas mortes em razão de meningite e mais 14 casos notificados”.

“Na lavoura de laranja em Araraquara e Matão, nos salões de açúcar, nas atividades de ensacamento e empilhamento, da usina Bonfim (Guariba), os trabalhadores estão sendo contratados pelas Copergatos, sem registro formal de contrato de trabalho” (VAIVÉM, N° 68).

Em relação às mulheres, elas estão alijadas do corte da cana, sob o pretexto de não lograrem os níveis de produtividade exigidos. Aquelas que conseguem trabalho, estão sendo relegadas às piores tarefas, como as de bituqueiras (que consistem em recolher as bitucas, ou seja, os pedaços de cana que não são recolhidos pelas máquinas após o corte), ou então como aplicadoras de veneno no controle das pragas da cana, (atividades denominadas descarte), ou ainda, nos viveiros onde se preparam as gemas para a plantação da cana, que, igualmente, demandam o manuseio de agrotóxicos. A prática (ilegal) da exigência do atestado de esterilidade continua existindo. Foram encontradas várias mulheres com doenças em razão da utilização de agrotóxicos: alergias, coceiras, queimaduras, câncer de pele, de garganta e muitas doenças que afetam os aparelhos respiratório, circulatório e digestivo.

Duas delas morreram alguns meses depois de terem concedido os depoimentos em razão de câncer na garganta e nos pulmões. Por outro lado, as bituqueiras padecem com sérios problemas de coluna, em razão da postura corporal curvada, obrigatória durante todo o desempenho da tarefa. (Silva, 1999: cap. “As meninas do descarte”).

A precarização tem ainda outras facetas, dentre elas, a superexploração do trabalho, evidenciada não apenas pela forma de salário baseada no quantum de produção e pela elevação da média de produtividade, atualmente fixada entre nove a dez toneladas de cana cortada por dia, como também pela recente introdução de uma outra atividade relacionada à colheita do amendoim. O amendoim é plantado no canavial logo após o corte, para evitar os males causados à terra pelas máquinas em virtude da compactação do solo. Durante a fase da colheita do amendoim, são utilizadas duas máquinas, uma para arrancá-lo e outra

para debulhá-lo. Entre as duas, trabalhando em geral de joelhos, ficam os trabalhadores, geralmente velhos e crianças, cuja atividade consiste em sacudir as plantas a fim de lhes retirar o excesso de terra para não comprometer o funcionamento da segunda máquina. Este é mais um exemplo do processo de precarização do trabalho nesta cultura.

Os vulneráveis

Em recente visita a um alojamento de trabalhadores migrantes, provenientes do Vale do Jequitinhonha/MG, constatou-se que um deles havia migrado em 1996 para as usinas de São Paulo, em 1997 para as de Mato Grosso e em 1998 migrou para o estado de Amazonas também para cortar cana. Relatou que fora levado de avião por um “gato”, aí permanecendo por três meses apenas, pois, não suportara o calor de mais de 45 graus. Os dados da Pastoral dos Migrantes confirmam a situação de itinerância de milhares de trabalhadores de um lado para o outro do país.

“Inúmeros maranhenses que trabalhavam na usina de Alcopam de Poconé/MT saíram a pé e de carona ao longo dos 120 km que os levaria até Cuiabá. Paralisaram o trabalho porque há três meses não recebiam, a não ser pressões, humilhações e comida de péssima qualidade... Após denúncias ao CPM (Centro de Pastoral dos Migrantes), foram contactados sindicalistas, representantes da FETAGRI e dos usineiros. Foram feitos acordos com os mais de 400 trabalhadores, maranhenses e baianos, pelos quais, os mesmos receberam os salários atrasados, muito embora muito aquém dos preços estipulados pelos gatos. Os trabalhadores receberam as passagens de retorno” (Notícias- SPM, N° 51).

“Esta usina não atende as normas de segurança e saúde exigidas por lei; as condições de saúde nos alojamentos são aviltantes e atentam contra a dignidade e a saúde dos trabalhadores; os banheiros são imundos, restos de comida estão espalhados pelo pátio, onde homens e moscas convivem em situação deprimente; os trabalhadores em dia de folga só recebem o almoço às 15,30hs; eles não dispõem de água para lavar suas roupas e para higiene pessoal; o registro d’água só é aberto quando chegam da roça e não é suficiente para todos; o transporte é feito em caminhões – gaiola, próprio para o transporte de gado; em caso de acidentes no trabalho, eles são levados para os alojamentos sem nenhum socorro”. (VAIVÉM, N° 77).

Esta situação guarda fortes semelhanças com aquelas vivenciadas por mim e pela professora Marilda de Menezes, por ocasião de uma visita aos alojamentos de trabalhadores paraibanos nas usinas da Zona da Mata de Pernambuco. Um pequeno excerto das anotações do caderno de campo revela a situação de miserabilidade vivenciada.

“Havia poucos trabalhadores no local, recentemente chegados do trabalho. Havia apenas um trabalhador de Fagundes. Os demais eram oriundos do próprio estado de Pernambuco. Alguns já haviam trocado de roupa, outros estavam preparando o almoço. Em virtude do controle, estávamos muito apreensivos não somente em relação ao nosso trabalho, como também aos trabalhadores. As condições de vida neste alojamento eram semelhantes àquelas vistas pela pesquisadora em julho de 1985, por ocasião de uma visita a um barracão de migrantes, provenientes do Vale do Jequitinhonha, na região de Ribeirão Preto/SP. Lembrei-me daquela situação experimentada há quase 14 anos atrás, quando imaginei que, em nenhum lugar poderia encontrar algo semelhante. Precariedade, total desconforto são palavras pouco significativas para retratar estes lugares. Somente o registro feito pela imagem poderá dar conta da dimensão do processo de exploração, dominação, desqualificação e depredação destes homens. O alojamento é o prolongamento daquilo que se observa no eito dos canaviais. Amontoados em quartos escuros, mal ventilados, sujos, estes homens sentem o peso de serem mercadoria barata num mundo em que os direitos apenas existem no papel. Vivem vigiados e escondidos. Os quartos de dormir estão cheios de roupas sujas, panelas, botas, redes, instrumentos de trabalho, como os facões, lenha utilizada para o preparo da comida. Trata-se de um lugar não de morada, mas de passagem. Tudo reflete miséria e transitoriedade. As instalações sanitárias são precaríssimas, sem considerar, o local destinado ao preparo da comida. Aqui, nenhum cuidado referente à higiene existe. No centro de um grande compartimento, há um conjunto de fogões à lenha, onde os trabalhadores preparam suas refeições às pressas. Os caldeirões, enegrecidos pela fumaça, trazem em seu interior um pouco de feijão com carne de sol. Pela manhã, quando saem para o trabalho, levam um pouco de fubá cozido (‘quarenta voltas’, isto é, mexido com uma colher de pau, quarenta vezes), o qual serve como refeição por volta das 9 hs. Em se tratando de uma atividade que exige um grande dispêndio de energia, pode-se avaliar quão esta alimentação é deficiente e insuficiente para garantir a saúde e as condições mínimas de reprodução desta força de trabalho. Seus corpos refletem a situação à qual são submetidos. Corpos esqueléticos, rostos com marcas profundas estampados nos olhares entristecidos, sem muitas indagações. Nosso tempo de permanência neste alojamento foi muito curto. A vigilância não nos permitiu um maior contato. Por isso, despedimo-nos dos trabalhadores, e, em seguida, dirigimo-nos a um outro, denominado Alojamento do Engenho Japomin, situado nas terras da Usina Santa Teresa também em Pernambuco.

Ao aproximarmos do alojamento, percebi um pequeno conjunto de casas, cercadas por uma cerca. Primeiramente, o conjunto de casas, encravado no

meio dos canaviais, contrastava enormemente com a paisagem do Estado de São Paulo, onde as usinas foram responsáveis pela demolição de todas as casas dos antigos colonos de café. O resultado foi a homogeneização do espaço, possibilitando, portanto, uma nova leitura, através da qual, a cana preenche o olhar dos observadores. Tal processo, ao destruir a história objetivada, engendrou a nova leitura do espaço, onde o antigo sucumbiu-se diante do novo, não deixando rastros, a não ser nas lembranças daqueles que ali viveram.

A presença daquelas casas, portanto, causou-se um espanto, enquanto pesquisadora, proveniente do Estado de São Paulo, porque nelas vi ou pressenti algum rastro de uma história passada e presente. A informação, transmitida por Marilda (Marilda Meneses, professora da UFPB), de que se tratava de antigos moradores, sem dúvida remete à análise da resistência. No entanto, outros elementos surgiram neste cenário: a cerca e os quadros pintados nas cores verde e vermelha, nas paredes da frente de cada uma das casas. Em razão do conhecimento prévio, Marilda procurou pelo Sr. Bil, um dos depoentes de sua pesquisa. Antes de relatar a conversa com este antigo morador, é necessário algum comentário sobre este espaço. Trata-se de dois conjuntos de casas, separados por uma rua. Não sabemos quantas famílias vivem ali nas vinte casas, aproximadamente. No fundo das casas, algumas plantações de mandioca, algumas bananeiras e mangueiras. Em toda sua área, a cerca construída pela usina.

Depois de informados da presença do Sr. Bil, que repousava na casa de farinha, localizada nos fundos de sua casa, dirigimo-nos ao seu encontro. Após os cumprimentos e da alegria manifesta com a presença de Marilda e do padre Lírio, o Sr. Bil iniciou seu relato, contando-nos sobre a cerca. Segundo ele, esta era uma decisão tomada recentemente pelos atuais proprietários da Usina São José.. Também se referiu às marcas nas paredes das casas. Na realidade, a cor verde indicava que as pessoas tinham permissão para permanecer, enquanto a cor vermelha indicava o contrário, ou seja, haveria aí, uma ação de despejo embutida nesta decisão. No que tange à casa de Sr. Bil, ela estava marcada com a cor vermelha. Segundo nos disse, tentou, por diversas vezes, dialogar com um dos administradores da Usina, utilizando em sua argumentação, o relato de sua própria história. Seus pais foram moradores da Usina, ele ali trabalhou durante 50 anos, e um dos filhos está atualmente trabalhando, sem contar que, aos 79 anos, nunca viveu em outro lugar, que não aquele. Seu discurso, sua defesa, assentam-se em sua história. Para ele, estar na casa de farinha, sentir o frescor do vento, é o que ele almeja, depois de uma vida de intenso trabalho. No entanto, tal argumentação, até o momento não fora levada em conta, porque nenhuma resposta lhe foi dada, apesar de dizer que está vivendo com o filho que é trabalhador da Usina”.

No entanto, esta realidade não é relatada quando o migrante regressa ao seu lugar de origem. Pobres em experiência, silenciam-se sobre a violência à qual são submetidos cotidianamente. Os migrantes que trabalham no corte da cana raramente contam sobre as condições extenuantes do trabalho e das humilhantes condições de moradia nos alojamentos.

“Dois migrantes, tendo a família com residência em Mato Grosso do Sul, foram contratados com mais oito pessoas por um “gato”, que lhes prometeu um salário de R\$15,00, por hectare, para catar raízes e pedaços de madeira que restaram das queimadas... Ao chegarem à fazenda, foram morar num barraco de lona preta com mais 38 trabalhadores... As camas eram feitas pelos próprios trabalhadores com paus roliços, a comida e péssima qualidade e a água barrenta... Por quatro meses de trabalho, receberam apenas R\$50,00... Apesar das reclamações nada conseguiram... e, resolveram abandonar o acampamento. Todo grupo caminhou mais de 100 km... hoje só pensam em retornar como derrotados para junto de suas famílias” (Notícias-SPM, N° 45).

“Migrantes em trânsito, os trecheiros, geralmente são provenientes do interior do Estado, com destino ao litoral ou ao Rio de Janeiro. O trecheiro, geralmente não possui documentos, quando os têm estão em péssimas condições. Como pertences, carregam uma sacola plástica” (VAIVÉM, N° 76).

“Submetidos ao trabalho escravo na fazenda Novo Horizonte em Serrânia/Minas Gerais, 37 dos 58 trabalhadores rurais baianos, inclusive oito menores e quatro mulheres, aliciadas na cidade de Caetité/Bahia, agenciados por um pastor da Igreja Assembléia de Deus, recebiam apenas R\$ 2,00 por dia, alimentavam-se apenas de arroz e passavam fome”.

A seqüência deste relato revela que os trabalhadores conseguiram fugir da fazenda e denunciar a situação de trabalho escravo à qual estavam submetidos (VAIVÉM, N° 67).

A diminuição constante da oferta de emprego, provocada pela supressão de milhares de postos de trabalho durante todos os anos, tem contribuído para o aumento do contingente dos excedentários, principalmente, adultos com mais de trinta anos, jovens sem experiência de trabalho, mulheres e migrantes. Este fato, aliado às conseqüências da reestruturação produtiva em outros setores da economia, é um dos responsáveis pelo aumento da violência na região, sobretudo aquela advinda do tráfico de drogas, atividade que está sendo desempenhada por muitos filhos de trabalhadores rurais e também por migrantes.

A mobilidade precária

Recente estudo (Aguiar, 1998) sobre o perfil dos canavieiros da bacia do Alto Paraguai/MT mostrou que há um deslocamento constante de trabalhadores para

esta região, proveniente de várias partes do país, principalmente dos estados de AL, PE, BA, MG, PB, GO e, em menor escala, SP. A metodologia empregada se baseou nas definições de áreas de origem, entendidas, como os locais de moradia destes trabalhadores. No entanto, no que se refere às migrações temporárias, os lugares de destino são os mais diversos possíveis. A metodologia do estudo das trajetórias é um instrumento valioso para detectar a realidade desta mobilidade. Em outros trabalhos (Silva, 1994; Silva, 1998), comprovaram-se casos de migração, para a mesma pessoa, para as mais diferentes áreas do país, sem contar que o número de vezes que migrou está relacionado à idade. Este fato é um indicador da existência de *uma permanente migração temporária*. Eles mesmos afirmam que “*o canavieiro é rodado, sem família, vai atrás de onde ganha mais*” (Aguiar, 1998: 308).

Outro dado importante constatado por estas pesquisas é que parte destes migrantes são pequenos proprietários em suas regiões de origem. Neste caso, estariam os migrantes do interior da Paraíba, sudoeste baiano, da Chapada Diamantina, da região nordeste de Minas Gerais (Vale do Jequitinhonha). Dedicam-se em geral à agricultura de subsistência. São, portanto, camponeses pobres com terra, assolados pelas secas constantes. Durante mais de quatro décadas, estes camponeses trabalharam nas usinas da região de Ribeirão Preto, sobretudo os mineiros e baianos.

Os migrantes de Fagundes não encontram nas grandes cidades o que esperavam e muitos acabam voltando ou migrando para outros estados. A juventude não encontra trabalho e muitas crianças estão trabalhando no corte de cana, nas usinas de Pernambuco (Notícias-SPM, N° 60).

Em muitas usinas, houve redução de salário e implantação de turnos fixos de horário, prejudicando os que trabalham à noite. Além do pagamento sob a forma de tickets, o número de trabalhadores migrantes diminuiu muito em relação à safra passada. Várias prefeituras estão forçando as usinas a empregarem trabalhadores locais (Notícias-SPM, N° 57).

Este fato tem contribuído para o recrudescimento da segmentação racial/étnica do trabalho mediante o aprofundamento do fosso entre trabalhadores “de fora” e os locais.

Durante o ano de 1996, foi realizado pela Pastoral dos Migrantes, um levantamento da realidade migratória nos municípios baianos, Botuporã, Caturama e Tanque Novo. Foram aplicados mais de 2000 questionários, incluindo a zona urbana e rural. A fim de se ter uma idéia da dimensão da realidade migratória, apresentam-se as cifras para apenas um dos municípios, Botuporã: 62% das famílias pesquisadas possuem entre um ou dois migrantes; a grande maioria é constituída de homens, havendo também mulheres; quanto à idade, 48% estão na faixa entre 15 e 15 anos; o tempo de permanência no lugar

de destino é inferior a um ano; em relação ao número de vezes que migrou, mais de 82% migraram entre 1 e 5 vezes; quase a totalidade dos migrantes migra sempre para os mesmos lugares. Esta pesquisa revelou para o conjunto dos municípios, que os camponeses migrantes se destinam majoritariamente para a cidade de São Paulo, onde se empregam na construção civil, e para os canaviais da região de Ribeirão Preto. As mulheres se destinam às atividades domésticas.

Houve também a constatação de um grande número de menores de 14 anos de idade. Mais da metade dos trabalhadores não possui registro formal, o que denota a realidade precária de trabalho (Pastoral dos Migrantes).

Segundo a Pastoral dos Migrantes, “ a comunidade Lagoa das Costas, no município de Botuporã, está com 41 casas fechadas, a maioria de famílias que foram trabalhar e morar em São Paulo. A migração na entressafra para o plantio da cana na região de Ribeirão Preto é intensa. Na sua maioria são jovens, que estão vindo pela primeira vez; recebem salário de R\$ 230,00; alguns ficam para a safra de cana, enquanto outros partem para outros lugares” (CÁ e LÁ, N° 84).

Em Campos Novos/SC, foram encontrados migrantes paulistas trabalhando na colheita do feijão.

“Esses migrantes são jovens entre 16 e 23 anos de idade que parece Ter assinado a carteira de andarilhos. Entre eles, há algumas crianças de 9 a 10 anos. Vindos, principalmente de Itaporanga/SP, permanecem em Campos Novos de janeiro a abril, arrancando feijão. De maio a junho vão para São Paulo para a colheita do café. Em julho e agosto, vão para Nova Mutum/MT para a colheita de feijão. De setembro a outubro, voltam para São Paulo, também para a colheita do feijão. Vivem amontoados em pequenas casas, em Campos Novos, sendo muito discriminados. Recebem salários baixos, não são registrados. São considerados peões itinerantes (VAIVÉM, N° 69).

Os excluídos

“O catador de papel, Joaquim Moreira, 34 anos, perambulou cinco dias pelo Ipiranga e Zona Sul de São Paulo... além de sua sorte, relatou que funcionários da prefeitura de Santos lotaram duas Kombis de sem-teto e os despacharam para São Paulo. Recentemente, um grupo de carentes, incluindo menores, foram largados na Via Dutra por uma perua. Eles não denunciaram o fato nem falaram de onde vieram por medo de represálias. No dia 02 de fevereiro, o prefeito de Corumbá, Éder Brambila, admitiu que despachou 32 moradores de rua porque eram mendigos de São Paulo e Minas Gerais” (Notícias-SPM, N° 56).

“Só em Palmares Paulista cerca de 1000 trabalhadores foram dispensados., o que corresponde à metade da safra passada. Os ônibus estão voltando mais lotados do que os que chegam” (Notícias-SPM, N° 49).

Algumas alternativas políticas

“Em Itápolis, Bebedouro, Catanduva e outras cidades da região, a Justiça mandou fechar as Coopergatos e registrar os trabalhadores. Nos contatos que a Pastoral Migratória teve com sindicalistas, Prefeituras e Assistentes sociais, nota-se uma preocupação muito grande com o desemprego em massa nesta região, com isso muitas famílias começam a passar necessidades básicas, sem perspectivas de solução” (Boletim CÁ e LÁ, N° 87).

Em razão da situação de expulsão de muitos migrantes itinerantes nas cidades da região de Ribeirão Preto/SP, as quais adotaram o sistema das cancelas para evitar a entrada dos “estrangeiros”, ou ainda, a prática da circulação, via computador, das fichas dos in (aceitáveis), chegando até mesmo, àquela do trabalho forçado em algumas cidades.

Quizá um dos casos limites de precarização do trabalho possa se referir aos carvoeiros. Além de ser uma atividade extremamente penosa, é prejudicial à saúde e emprega crianças. Recente pesquisa com as famílias de carvoeiros em Ribas do Rio Pardo/Mato Grosso, revelou que mais de 85% eram analfabetos. A existência do trabalho infantil provocou o surgimento do Movimento Projeto Vale da Cidadania, cuja finalidade era retirar as crianças do trabalho, possibilitando-lhes a frequência à escola, mediante a participação do Estado na concessão de R\$ 50,00 a cada família que possuísse crianças nas carvoarias. A grande maioria destes trabalhadores é proveniente do Vale do Jequitinhonha/MG.

Na região de Ribeirão Preto, existem nos acampamentos de sem terra, muitos migrantes, que não conseguiram emprego nas usinas ou fazendas. A participação dos migrantes neste Movimento, que no momento é o mais expressivo do país, é um indicador importante das possibilidades de mudanças e buscas de alternativas por parte daqueles que estão vivenciando o processo de exclusão-inclusão precária.

Concluindo

Ao longo deste texto, procuramos traçar a cartografia dos excluídos da modernização da agricultura, tendo como parâmetro a mecanização do corte da cana nas usinas da região de Ribeirão Preto/São Paulo. No tocante ao processo de acumulação de capital, estas usinas empregam as tecnologias mais avançadas do país, tanto na agricultura propriamente dita, quanto na área industrial.

A partir de meados dos anos de 1980, elas começaram a utilizar as máquinas para a atividade do corte, que exigia em torno de 100.000 trabalhadores, boa parte dos quais, era constituída por migrantes temporários, provenientes das regiões mais pobres do país, como o Vale do Jequitinhonha/Minas Gerais e Estados do Nordeste. Desde então, a cada ano, o espectro das demissões e do desemprego passou a atingir milhares de pessoas. Aliado a este fato, as fazendas de café desta região, que também utilizam grande quantidade desta mão-de-obra, vêm, sistematicamente, suprimindo a oferta de emprego, em razão do emprego das colhedoras mecânicas.

Apesar da diminuição desta demanda, assiste-se a cada ano, às cenas de centenas de trabalhadores, que, mesmo sem terem a certeza de encontrarem trabalho, chegam às cidades desta região. Muitos são obrigados a regressar aos locais de origem, embarcando nos próprios ônibus que os trouxeram. Outros se empregam. Outros perambulam de um lugar a outro em busca de trabalho para a sobrevivência.

No que tange aos residentes nesta região, muitos também estão migrando para outros lugares. Nos últimos anos, tem-se observado os dois processos, da imigração e da emigração, sobretudo daqueles mais velhos, que já não conseguem os níveis de produtividade exigidos, em torno de 10 t/dia. Esta situação tem produzido um quadro de itinerância generalizado, aliado à situação de desespero de muitas famílias, posto que não há o seguro desemprego e nem a aplicação do Fundo de Assistência Social, equivalente a 4% (1% do açúcar, 1% da cana e 2% do álcool), do total do faturamento das usinas. Este fundo consta da Lei Federal Nº 4.870, de dezembro de 1965.

Em virtude desta realidade, assiste-se, como nos demais setores da economia, ao refluxo do movimento sindical, o que tem contribuído para aumentar os níveis de exploração, em razão dos baixos salários e da progressiva perda dos direitos trabalhistas, conseguidos, após muitas décadas de lutas.

Neste texto, objetivou-se analisar o sucedâneo deste processo de exclusão. Foi possível verificar que, na verdade, há entre os dois pólos opostos, o da exclusão e o da inclusão, uma zona de alternativas possíveis, caracterizadas sobretudo pela mobilidade precária, pela vulnerabilidade, que se definem como momentos de luta para evitar a queda no fosso da exclusão. Pode-se dizer, tal como o relato de uma das depoentes de P. Bourdieu (1999: 425-436), estas pessoas têm a vida *suspensa por um fio*. Vagando de um canto a outro neste imenso país, suportando as tarefas as mais pesadas, discriminadas, muitas vezes, suportando até mesmo a escravidão, desprovidas dos mínimos direitos, inclusive do direito de ir e vir, posto que muitas cidades constróem barreiras para evitar sua entrada, a única esperança que possuem é não se tornarem mendigos, seres desgarrados, condenados por uma verdadeira morte social. Mesmo distantes, prendem a utopia de rever a família, de voltar um dia à terra de origem, de

encontrar trabalho para remeter aos que ficaram. É este sentimento de pertencimento à família, a um determinado lugar, à condição de trabalhador, de provedor, que lhes identifica, que lhes define. Esta é sua identidade, ainda que em trânsito, transitória, provisória. Aqueles que chegaram à condição de mendigos, consideram-se como excluídos, à margem, porém, assim mesmo, conservam a utopia, através da memória de trabalhadores que foram num tempo passado, de, num futuro, ainda, reaver o tempo e o espaço perdidos.

Atualmente, os Sindicatos de trabalhadores rurais da região e as Federações, sobretudo a FERAESP (Federação dos Assalariados Rurais do Estado de São Paulo) estão concentrando suas atividades na luta pela terra, na organização de acampamentos e nas ocupações e assentamentos. Um total de mais de mil famílias acham-se assentadas em terras públicas da região nos seguintes municípios: Araraquara, Boa Esperança, Bocaina, São Simão e Pradópolis. A terra tem aparecido como alternativa ao desemprego e ao processo de exclusão, principalmente para os trabalhadores que residem nas cidades desta região. Mais recentemente, o MST (Movimento dos Sem Terra) registrou a ocupação de terras pertencentes à uma das grandes usinas no município de Matão. Estas terras estavam sendo arrendadas pela Usina Bonfim. Em todos estes casos, tudo leva a crer que a maioria dos ocupantes seja constituída por trabalhadores locais e não por migrantes. Esta é uma das estratégias políticas dos Sindicatos e dos prefeitos da região, cujo intuito é a diminuição das tensões e da violência urbana.

Bibliografia

- Aguiar, M. V. A. 1998 “Perfil social dos canavieiros cortadores de cana-de-açúcar da bacia do Alto Paraguai (BAP), Mato Grosso”, in SPM, CEM, CNBB, LABUR, CSEM (orgs.) *O fenômeno migratório no limiar do 3º milênio* (Petrópolis: Editora Vozes) pp. 286-316.
- Alves, F. J. C. 1991 *Modernização da agricultura e sindicalismo: lutas dos trabalhadores assalariados rurais da região canavieira de Ribeirão Preto* (São Paulo: Campinas). Tese de Doutorado.
- Boletim CÁ e LÁ 1997 Ano 12, N° 84, Fevereiro/Março.
- Boletim CÁ e LÁ 1997 Ano 12, N° 85, Abril.
- Boletim CÁ e LÁ 1997 Ano 12, N° 87, Junho/Julho.
- Boletim CÁ e LÁ 1998 Ano 12, N° 91, Fevereiro/Março.
- Boletim CÁ e LÁ 1999 Ano 12, N° 98, Abril/Maio.
- Boletim CÁ e LÁ 1999 Ano 12, N° 99[a], Junho/Julho.
- Boletim CÁ e LÁ 1999 Ano 12, N° 99[b], Agosto/Setembro.
- Bourdieu, P. 1999 “Suspensa por um fil”, in Bourdieu, P. (coord.) *A miséria do mundo*, Petrópolis FCE.
- Castel, R. 1995 *Les métamorphoses de la question sociale. Une chronique du salariat* (Paris: Fayard).
- Martins, J. S. 1998 “O problema das migrações no limiar do Terceiro Milênio”, in SPM, CEM, CNBB, LABUR, CSEM (orgs.) *O fenômeno migratório no limiar do 3º milênio* (Petrópolis: Editora Vozes) pp. 19-34.
- Notícias-SPM 1997 N° 45, Novembro/Dezembro.
- Notícias-SPM AÑO N° 49 MES
- Notícias-SPM 1998 N° 51, Setembro.
- Notícias-SPM 1999 N° 56, Abril/Maio.
- Notícias-SPM 1999 N° 57, Maio/Junho.
- Notícias-SPM 1999 N° 60, Agosto/Setembro.
- Scopinho, R. A. 1996 “Modernização e superexploração na agroindústria sucroalcooleira”, in Scopinho, R. A. Vallarelli (org.) *Modernização e impactos sociais* (Rio de Janeiro: FASE) pp. 50-86.
- Silva, M. A. M. 1994 “Destinos e trajetórias de camponeses migrantes”, in Blass, L. S. (org.) *Temas* (Araraquara: F. C. L/UNESP) pp. 65-100.
-

Silva, M. A. M. 1998 “As Andorinhas. Nem cá. Nem lá”, in *Cadernos CERU*, Série 2, N° 9, p. 29-44.

Silva, M. A. M. 1999 *Errantes do fim do século* (São Paulo: Editora da UNESP).

SPM, CEM, CNBB, LABUR, CSEM (orgs.) 1998 *O fenômeno migratório no limiar do 3º milênio* (Petrópolis: Editora Vozes).

VAIVÉM 1996 Ano 15, N° 67, Abril, Maio, Junho.

VAIVÉM 1996 Ano 15, N° 68, Julho, Agosto, Setembro.

VAIVÉM 1996-1997 Ano 16, N° 69, Outubro/Março.

VAIVÉM 1999 Ano 19, N° 76, Abril, Maio, Junho.

VAIVÉM 1999 Ano 19, N° 77, Julho, Agosto, Setembro.

Veiga Filho, A. A. *et al* 1993 “Análise da mecanização do corte da cana-de-açúcar no Estado de São Paulo”, in *Informações Econômicas* (São Paulo) Vol. 24, N° 10, pp. 43-52.

Notas

1 Segundo esta visão, pode-se citar a seguinte passagem: “... *muitas pessoas que migram, migram porque decidiram migrar; migram porque migrar era a melhor alternativa. Isso não quer dizer que seja a correta alternativa, mas era a melhor alternativa no julgamento do migrante*”. Ver a respeito, Martins (1998: 19-34).

2 Estas greves são conhecidas como as greves de Guariba, pois foi nesta cidade de trabalhadores rurais que os movimentos de revolta começaram. O maior fator responsável pelos conflitos foram as mudanças implantadas pelas usinas no processo de trabalho. Até então, o corte da cana era feito levando-se em conta as cinco ruas, ou seja, cada trabalhador cortava cinco fileiras de cana. A passagem para sete ruas implicava maior intensidade do trabalho, portanto, o aumento da mais valia relativa, maior exploração, já que os salários continuavam os mesmos. A maior vitória destes movimentos foi a fixação de cinco ruas (fileiras de cana).